



## CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF

### NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 10, de 2014

Em 03 de novembro de 2014.

**Assunto:** Informações sobre a Área Temática VIII - Poderes do Estado e Representação

**Interessado:** Deputado João Leão (PP/BA)

#### Introdução

Esta nota técnica foi elaborada para fornecer subsídios ao Deputado João Leão (PP/BA), relator da Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação, a respeito do PLOA 2015.

#### Análise

##### Abrangência Setorial

A Área Temática VIII – “Poderes do Estado e Representação” abrange a programação orçamentária integral dos seguintes órgãos orçamentários, lembrando que a Defensoria Pública da União passou a integrar a Área a partir de 2014:

Poder	Órgão
Executivo	20000 - Presidência da República
	35000 - Ministério das Relações Exteriores
	60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República
	61000 - Secretaria de Assuntos Estratégicos
	62000 - Secretaria de Aviação Civil
	63000 - Advocacia-Geral da União
	64000 - Secretaria de Direitos Humanos
	65000 - Secretaria de Políticas para as Mulheres
	66000 - Controladoria-Geral da União
	67000 - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
68000 - Secretaria de Portos	
Judiciário	10000 - Supremo Tribunal Federal
	11000 - Superior Tribunal de Justiça
	12000 - Justiça Federal
	13000 - Justiça Militar da União
	14000 - Justiça Eleitoral
	15000 - Justiça do Trabalho



# CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF

Poder	Órgão
	16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios 17000 – Conselho Nacional De Justiça
Legislativo	01000 - Câmara dos Deputados 02000 - Senado Federal 03000 - Tribunal de Contas da União
MPU	34000 - Ministério Público da União 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público
DPU	29000 - Defensoria Pública da União

Fonte: Siga Brasil – Senado Federal

## Programação Global da Área

O valor orçado para 2015 soma R\$ 68,96 bilhões, excluídas as dotações do orçamento de investimento das estatais (R\$ 2,31 bilhões para 2015, ante os R\$ 2,92 bilhões programados para 2014). O montante programado na Área é superior em R\$ 3,70 bilhões (5,67%) ao autorizado até o momento para 2014.

## Área Temática 8 – Poderes do Estado e Representação Detalhamento por Poder e Órgão – 2013 a 2015

R\$ milhão

Poder	Órgão	Autorizado 2013	Liquidado 2013	PLQA 2014 (A)	Autorizado 2014 (B)	PLQA 2015 (C)	% (C)/(A)	% (C)/(B)	% (B) / Total (B)
PODER EXECUTIVO	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	2.675,2	2.574,2	2.619,5	2.740,7	2.828,1	7,96	3,19	4,10
	CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO	816,0	769,1	810,5	824,2	829,4	2,34	0,63	1,20
	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	10,3	8,1	10,3	10,3	11,9	15,85	15,85	0,02
	MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	2.619,4	2.432,0	2.344,8	2.345,1	2.472,9	5,46	5,45	3,59
	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	2.421,8	1.594,7	2.074,6	2.153,5	2.386,5	15,03	10,82	3,46
	SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	357,4	319,7	339,6	344,5	342,4	0,83	-0,62	0,50
	SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL	4.243,2	1.867,5	3.722,7	4.019,4	5.063,6	36,02	25,98	7,34
	SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	366,8	101,0	230,8	325,5	219,2	-5,05	-32,67	0,32
	SECRETARIA DE POLÍT. DE PROM. DA IGUALDADE RACIAL	56,1	26,8	38,5	58,1	39,5	2,55	-32,13	0,06
	SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS	208,6	47,0	140,8	217,3	182,1	29,35	-16,18	0,26



## CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF

	MULHERES								
	SECRETARIA DE PORTOS	1.079,6	189,1	1.275,9	1.381,8	1.104,3	-13,45	-20,08	1,60
	Subtotal	14.854,4	9.929,0	13.608,0	14.420,5	15.479,8	13,76	7,35	22,45
PODER JUDICIÁRIO	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	198,3	75,2	219,7	219,3	238,8	8,70	8,92	0,35
	JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	1.913,2	1.773,6	2.017,6	2.038,8	2.238,4	10,95	9,79	3,25
	JUSTIÇA DO TRABALHO	15.131,8	13.977,1	15.297,8	15.466,8	16.246,3	6,20	5,04	23,56
	JUSTIÇA ELEITORAL	5.164,8	4.504,6	5.920,4	6.135,5	5.915,1	-0,09	-3,59	8,58
	JUSTIÇA FEDERAL	8.121,6	7.645,4	8.896,6	9.114,6	9.766,3	9,78	7,15	14,16
	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	451,4	421,5	434,7	437,2	455,2	4,72	4,13	0,66
	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.077,2	965,7	1.107,8	1.133,8	1.228,7	10,92	8,38	1,78
	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	534,9	452,6	564,1	565,2	602,4	6,79	6,59	0,87
	Subtotal	32.593,1	29.815,8	34.458,7	35.111,1	36.691,3	6,48	4,50	53,20
PODER LEGISLATIVO	CÂMARA DOS DEPUTADOS	4.983,8	4.397,4	4.898,0	4.954,6	5.239,9	6,98	5,76	7,60
	SENADO FEDERAL	3.671,4	3.326,9	3.780,4	3.781,7	3.901,0	3,19	3,15	5,66
	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	1.521,5	1.407,6	1.583,1	1.618,7	1.761,4	11,26	8,81	2,55
	Subtotal	10.176,7	9.131,9	10.261,5	10.355,0	10.902,2	6,24	5,28	15,81
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	75,1	55,2	83,4	83,4	89,4	7,26	7,26	0,13
	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	4.657,1	4.154,8	4.753,8	4.940,6	5.336,3	12,25	8,01	7,74
	Subtotal	4.732,2	4.210,0	4.837,2	5.024,0	5.425,7	12,17	8,00	7,87
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO			311,3	350,1	463,5	48,87	32,40	0,67
	Subtotal			311,3	350,1	463,5	48,87	32,40	0,67
	Total	62.356,4	53.086,8	63.476,7	65.260,6	68.962,5	8,64	5,67	100,00

Fonte: Siga Brasil – Senado Federal

Confirmando a distribuição verificada em exercícios pretéritos, a maior parcela das dotações, cerca de 53,20%, está alocada nos órgãos do Poder Judiciário. Entre os Poderes, o Legislativo tem a menor participação nos recursos, com 15,81%. Os órgãos do Poder Executivo vinculados à área temática ficam com 22,45% das dotações, restando 7,87% e 0,67%, respectivamente, para o Ministério Público da União e Defensoria Pública da União, excluindo-se o orçamento de investimentos, alocado integralmente no Poder Executivo.

Em relação ao valor autorizado para 2014, observa-se aumento de 32,40% nas dotações da Defensoria Pública da União, 25,98% na Secretaria de Aviação Civil e 15,85% no Gabinete da Vice-Presidência da República. Os órgãos que tiveram as maiores reduções foram a Secretaria de Direitos Humanos (-32,67%), a Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (-32,13%) e a Secretaria de Portos (-



## CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF

20,08). Nos casos dessas Secretarias, é usual que o projeto chegue com volume de dotações bem inferior ao que constará do projeto aprovado pelo Congresso Nacional, em virtude das emendas parlamentares em favor desses órgãos.

### Orçamento das Estatais

O orçamento de investimentos das estatais relativo à Área Temática VIII apresenta redução nas programações para 2015, considerando-se o valor alocado no PLOA 2014, de R\$ 2,92 bilhões para R\$ 2,31 bilhões (redução de 20,7%).

De acordo com a tabela a seguir, a redução no valor total dos investimentos se deve especialmente ao orçamento da Companhia Docas do Rio de Janeiro, cuja dotação para 2014 somava R\$ 469 milhões e diminuiu para R\$ 164 milhões em 2015. As demais Companhias Docas também tiveram reduções em suas dotações. A redução na INFRAERO foi em torno de 101 milhões.

### Área Temática 8 – Poderes do Estado e Representação Orçamento de Investimento das Estatais – PLOA 2015

UO – UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	R\$ 1,00	
	PLOA2014	PLOA2015
62213 - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO	1.669.581.597	1.568.126.532
68205 - COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC	66.390.000	41.140.000
68206 - COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA	83.440.000	83.008.000
68207 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA	132.682.901	129.891.037
68208 - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP	298.888.790	213.470.366
68210 - COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP	129.872.798	65.226.738
68211 - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ	469.484.408	164.284.634
68212 - COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN	67.543.450	48.451.600
<b>Total</b>	<b>2.917.883.944</b>	<b>2.313.598.907</b>

Fonte: Siga Brasil – Senado Federal

### Programação por Natureza da Despesa

No que se refere à alocação dos recursos por grupo de natureza da despesa - GND, a tabela abaixo evidencia que o agrupamento de reserva de contingência, GND 9, teve o maior aumento relativo em relação ao valor autorizado para 2014 (176,3%). Comparando-se os valores nominais, o grupo que teve o maior



## CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF

aumento foi o de pessoal (GND 1), em torno de 2,8 bilhões. A elevação nos gastos com pessoal deve-se aos reajustes de 5%, efeitos a partir de 2015, aprovados para diversas carreiras da Administração.

Os grupos relativos a pessoal e outras despesas correntes concentram respectivamente, 68,9% e 20,4% das dotações da Área Temática.

### Área Temática 8 – Poderes do Estado e Representação Detalhamento por GND – 2013 a 2015

R\$ milhão

GND	Autorizado 2013	Liquidado 2013	PLoa 2014	Autorizado LOA2014 (A)	PLoa 2015 (B)	% (B)/(A)	% (B) / TOTAL(B)
1-PES	42.940,5	41.862,8	44.338,4	44.666,2	47.493,3	6,3	68,9
2-JUR	1,2	0,3	2,6	2,3	0,7	-70,7	0,0
3-ODC	11.830,9	9.279,9	12.743,0	13.227,8	14.085,9	6,5	20,4
4-INV	3.474,6	426,8	3.450,8	4.053,6	3.553,3	-12,3	5,2
5-IFI	2.569,3	1.516,3	2.403,2	2.719,3	2.198,2	-19,2	3,2
6-AMO	2,0	0,7	2,5	1,9	2,1	10,5	0,0
9-RES	1.537,9		536,2	589,5	1.628,8	176,3	2,4
<b>Soma:</b>	<b>62.356,4</b>	<b>53.086,8</b>	<b>63.476,7</b>	<b>65.260,6</b>	<b>68.962,5</b>	<b>5,7</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Siga Brasil – Senado Federal

### Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

A análise das despesas obrigatórias, entre elas pessoal e encargos sociais, compete ao Relator Geral. Entretanto, em virtude dos recentes debates em relação à concessão de reajustes para o Poder Judiciário e para o Ministério Público da União, estão sendo incluídas informações gerais sobre o tema nesta Nota Técnica, para orientar o posicionamento e possível ação do Relator da Área.

A mensagem presidencial que acompanha o PLOA 2015 não faz qualquer menção à revisão geral obrigatória para todos os servidores (art. 37, inciso X, *in fine*, da Constituição), nem ao reajuste dos benefícios dos servidores inativos (art. 40, § 8º, da Constituição).

Os gastos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo (consolidado com a Defensoria Pública da União - DPU) e do Ministério Público da União - MPU representam, respectivamente, 3,45%, 10,96%, 84,00% e 1,59% da despesa total, conforme demonstrado na tabela 24, apresentada abaixo:



## CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF

### GASTOS DE PESSOAL E ENCARGOS - PROJEÇÃO PARA 2015 E COMPARAÇÃO COM LIMITES DA LRF

R\$ milhões

Poder	PLOA 2015 <sup>1</sup> (a)	Participação Relativa (%) (b)	RCL (c)	% da RCL (d=a/c)	Limites da LRF (% da RCL) (e)
Legislativo	8.840,31	3,45	808.068,88	1,09	2,50
Judiciário	28.065,55	10,96		3,47	6,00
Executivo + DPU	215.017,63	84,00		26,61	40,90
MPU	4.060,83	1,59		0,50	0,60
Total	255.984,32	100,00	808.068,88	31,68	50,00

Fonte: PLOA 2015/Informações Complementares e SIGA Brasil

(1) Inclui ativos, inativos, pensionistas, encargos sociais e sentenças judiciais.

Conforme apresentado na tabela, para 2015 a despesa total com pessoal e encargos sociais do Poder Legislativo, incluído o TCU, representa 1,09% da RCL estimada para o exercício; a do Poder Judiciário, 3,47%; a do Poder Executivo e DPU, 26,61%; e a do MPU, 0,50%. O total que se projeta para a despesa de pessoal da União equivale, portanto, a 31,68% da receita corrente líquida prevista para 2015.

Nessas condições, observa-se que os limites globais estabelecidos nos arts. 19 e 20 da LRF são respeitados, mesmo sem computar as deduções a que se refere o § 1º do art. 19 da LRF.

O Anexo V do projeto traz um impacto de R\$ 2,52 bilhões em 2015 e, a partir daí, de R\$ 4,46 bilhões ao ano, decorrente da criação e/ou provimento de cargos, empregos e funções na esfera federal, incluindo substituição de terceirizados (que envolve R\$ 77,78 milhões, em 2015, e R\$ 128,48 milhões, em cada ano subsequente).

A respeito disso, cabe ressaltar que o Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, constante do Anexo IV.12 do PLDO 2015<sup>1</sup>, apresenta saldo para a expansão dessas despesas de apenas R\$ 1,67 bilhão. Faz-se necessário considerar, ainda, que esse demonstrativo utilizou, como premissa de cálculo, variação real do PIB de 3,0% para 2015, hipótese bem mais otimista que a encontrada em outras estimativas<sup>2</sup>. Considerados esses outros estudos, a margem de expansão seria certamente negativa.

<sup>1</sup> Segundo o texto do Anexo: “A estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, entendidas essas como aumento permanente de receita ou redução de outra despesa de caráter continuado.”. O Anexo está disponível em <http://www12.senado.gov.br/orcamento/documentos/ldo/2015/elaboracao/projeto-de-lei/proposta-do-poder-executivo/anexo-iv.12-2013-demonstrativo-da-margem-de-expansao-das-despesas-obrigatorias-de-carater-continuado>.

<sup>2</sup> A estimativa do FMI para o crescimento do PIB brasileiro em 2015 é de 1,4% (<http://www.valor.com.br/financas/3725274/fmi-corta-previsao-e-pib-do-brasil-deve-crescer-muito-abaxo-da-media>). Já o Relatório de Mercado Focus de 24 de outubro de 2014, publicado pelo Banco Central, estima crescimento de apenas 1% para 2015 (<http://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20141024.pdf>).



---

## CONGRESSO NACIONAL

**Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira**

**Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF**

---

No que se refere a alterações de estruturas de carreiras e aumento da remuneração dos servidores da União, o impacto é de R\$ 13,16 bilhões para 2015, correspondendo a R\$ 14,08 bilhões anualizados. A quase totalidade desses gastos é derivada de legislação já aprovada, e inclui a última parcela dos reajustes concedidos em 2012, 2013 e 2014 para diversas carreiras da Administração Pública.

No total, o PLOA 2015 propõe aumento de R\$ 15,6 bilhões nas despesas de pessoal em 2015, equivalentes a R\$ 18,4 bilhões anualizados.

Há, ainda, diversas proposições legislativas referentes a concessões de vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos e funções e alteração de estrutura de carreiras, assim como solicitações de provimentos de cargos e funções, encaminhadas pelo Poder Judiciário, pelo Ministério Público da União, pela Defensoria Pública da União e pelo Tribunal de Contas da União., que não constam, total ou parcialmente, no Anexo V do PLOA 2015.

Parte dessas proposições referem-se a reajustes de subsídios e a adicionais e gratificações para magistrados, membros do Ministério Público e defensores públicos, tais como os Projetos de Lei nºs 7429, de 2010; 7717, 7836, 7884, 7891, 7897, 7917, 7918, e 7924, de 2014; e a Proposta de Emenda à Constituição 63, de 2013. O impacto financeiro dessas proposições é estimado em, pelo menos, R\$ 2,4 bilhões para o orçamento de 2015.

As proposições referentes a reajustes da remuneração e a adicionais e gratificações de servidores do Poder Judiciário, do MPU, da DPU e do TCU, assim como a criação e provimento de cargos e funções, têm impacto financeiro estimado em, pelo menos, R\$ 5,1 bilhões para o orçamento de 2015 e em, pelo menos, R\$ 14,1 bilhões para os orçamentos seguintes.

Assim, o impacto financeiro total dessas proposições é de, pelo menos, R\$ 7,5 bilhões para o orçamento de 2015 e de, pelo menos, R\$ 16,5 bilhões anuais para os orçamentos seguintes<sup>3</sup>. É importante ressaltar, ainda, que várias dessas proposições geram efeitos financeiros umas sobre as outras, multiplicando seus impactos<sup>4</sup>.

No Poder Judiciário, o impacto será de, pelo menos, R\$ 3,9 bilhões no orçamento de 2015 e, em termos anualizados, de pelo menos R\$ 12,9 bilhões. Para o

---

<sup>3</sup> A maior parte desses valores foi obtida a partir da justificção dos projetos de lei que concedem reajustes ou em documentos anexados à exposição de motivos do PLOA 2015. É importante ressaltar, no entanto, que, em desacordo com o disposto no art. 16, § 2º, combinado com o art. 17, §§ 1º, 2º e 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, nenhuma das proposições citadas está acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas. Assim, não é possível avaliar a exatidão dos valores aqui apresentados.

<sup>4</sup> Um exemplo desse tipo de impacto é dado pela relação entre o PL nº 7917, de 2014, que reajusta o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal (e, por decorrência, os subsídios de toda a Magistratura federal), e a PEC nº 63, de 2013, que institui adicional de tempo de serviço para os magistrados e Ministério Público. Como o adicional proposto na PEC é calculado com base no subsídio da magistratura, em caso de sua elevação, o impacto da PEC será maior que o previsto originalmente. Além disso, embora não previsto explicitamente na PEC, suas disposições se aplicariam aos membros dos Tribunais de Contas, por força do disposto no art. 73, §§ 3º e 4º, da CF.



## CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF

Ministério Público da União, a estimativa é de pelo menos R\$ 2,8 bilhões tanto para 2015 como em termos anualizados. Este valor representa expressiva elevação em relação à despesa de pessoal atual, inclusive incorrendo em risco de descumprimento do limite específico de despesa de pessoal estabelecido na LRF.

### Fonte de Recursos

A classificação da despesa por fonte de recursos tem por finalidade identificar, em regra, a origem das receitas destinadas a financiar os gastos. Devido à natureza das despesas dos órgãos abrangidos pela Área 8, constituídas especialmente por gastos inadiáveis (pessoal e encargos e custeio administrativo e operacional), a maior parte das dotações, cerca de R\$ 52,9 bilhões (74,17%), consta no PLOA 2015 financiada pela fonte 100 – recursos ordinários do Tesouro Nacional.

### Área Temática 8 – Poderes do Estado e Representação Detalhamento por Fonte – PLOA 2015 – Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das Estatais

R\$ 1,00

Fonte	PLOA2014	PLOA2015	(%) PLOA 2015 / TOTAL
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	50.982.291.039	52.868.974.944	74,17
169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	4.594.910.956	4.924.141.007	6,91
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	2.837.750.324	3.128.102.277	4,39
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1.470.000.000	2.582.840.000	3,62
495 - RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	2.917.883.944	2.313.598.907	3,25
127 - CUSTAS JUDICIAIS	573.636.496	1.883.925.514	2,64
186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	1.541.539.167	1.576.103.112	2,21
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	295.333.015	399.533.566	0,56
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	189.611.259	387.308.474	0,54
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	436.747.887	359.559.256	0,50
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	259.153.659	305.566.448	0,43
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	6.578	177.962.279	0,25
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	131.499.253	141.410.421	0,20
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	104.642.548	129.038.117	0,18
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	4.700.857	48.260.016	0,07



## CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF

196 - DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS NACIONAIS	17.138.617	21.738.190	0,03
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	18.340.056	15.539.309	0,02
148 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	10.519.488	6.663.700	0,01
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	71.728	59.530	0,00
143 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	2.518.500	2.147.834	0,00
144 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	2.614.378	678.560	0,00
157 - RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	2.182.885	2.100.000	0,00
195 - DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	1.508.552	845.411	0,00
<b>Total</b>	<b>66.394.601.186</b>	<b>71.276.096.872</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siga Brasil – Senado Federal

A segunda maior parcela das dotações, R\$ 4,92 bilhões (6,91%), é financiada com a fonte 169 – contribuição patronal para o plano da seguridade social do servidor público e a terceira, R\$ 3,13 bilhões (3,25%), com a fonte 156 – contribuição do servidor para o plano da seguridade social do servidor público. Tais fontes são alocadas para financiar as despesas com pessoal inativo.

### Ações do PAC

O PLOA 2015 prevê a alocação de R\$ 5,38 bilhões em ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (RP 3 ou 5), no âmbito desta Área Temática, sendo R\$ 3,95 bilhões na Secretaria de Aviação Civil e R\$ 1,43 bilhão na Secretaria de Portos.

Desse total, R\$ 3,37 bilhões estão alocados no orçamento fiscal, sendo R\$ 2,05 bilhões na forma de participação da União no capital de empresas, especialmente na Infraero e nas companhias Docas. Tais aumentos de capitais têm como finalidades a construção, reforma e ampliação de aeroportos e terminais marítimos, dragagem, adequação da navegabilidade e outras melhorias nos portos marítimos.

### Obras com Indícios de Irregularidades Graves

Não consta do Anexo VI do PLOA 2015 – Relação das Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – nenhuma obra pertencente a esta Área Temática.



## CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF

### Ações com Maior Número de Emendas

Algumas programações orçamentárias são, de ordinário, objeto de maior número de emendas na Área, possivelmente em virtude da forte atuação dos órgãos e entidades beneficiários. A ação 14UF – Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes foi a ação mais emendada em 2014 com 73 emendas. Outras ações na Secretaria de Direitos Humanos que também figuram entre as mais emendadas são: 20ZN – Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e 8810 – Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Outras ações bastante demandadas são as relacionadas a políticas e proteção para as mulheres. Nesses casos estão, por exemplo, as ações 210A – Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres, 210B – Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e 8843 – Incentivo à Políticas de Autonomia das Mulheres.

No caso das despesas de capital, imperam as emendas relacionadas com a aquisição ou construção de edifícios para órgãos do Poder Judiciário e do MPU.

### Órgãos com Maior Número de Emendas

Na tabela abaixo estão elencados os órgãos por ordem de preferência parlamentar na alocação de recursos via emenda, nos processos de apreciação legislativa dos projetos de lei orçamentária para 2013 e para 2014. A Secretaria de Direitos Humanos tem sido o órgão destinatário do maior número de emendas. Em 2014 foram 130 emendas e em 2013, 98 emendas.

No entanto, os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público são também foco de elevado número de emendas, de onde, possivelmente, virão as maiores e mais intensas demandas de alocação de recursos pela relatoria setorial. O MPU foi contemplado com 79 emendas no PLOA 2014. A Justiça Eleitoral e a Justiça Federal receberam, respectivamente, 75 e 55 emendas ao PLOA 2014.

#### Área Temática 8 – Poderes do Estado e Representação Emendas Apresentadas por Órgão – 2013/2014

Órgão	2013	2014
64000 - SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	98	130
34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	67	79
14000 - JUSTIÇA ELEITORAL	77	75
12000 - JUSTIÇA FEDERAL	35	55
65000 - SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	37	50
15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO	45	34



## CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF

67000 - SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	20	22
20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	19	10
29000 - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	0	10
03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	3	5
63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	0	3
68000 - SECRETARIA DE PORTOS	8	2
01000 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	4	2
02000 - SENADO FEDERAL	4	2
62000 - SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL	0	2
11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1	1
99000 - ÓRGÃO GENÉRICO GERATRIZ	1	1
35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	0	1
16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	1	0
61000 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	1	0
10000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	0	0
13000 - JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	0	0
17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	0	0
59000 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	0	0
60000 - GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	0	0
66000 - CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO	0	0
<b>Soma:</b>	<b>421</b>	<b>484</b>

Fonte: Siga Brasil – Senado Federal

### Recursos para Atender Emendas Coletivas de 2008 a 2014

Seguindo as disposições da Resolução nº 1, de 2006-CN, e conforme as deduções previstas no Parecer Preliminar, a Relatoria Geral destina recursos para os setoriais atenderem exclusivamente as emendas coletivas. Quanto maiores as despesas que ficarem a critério exclusivo do Relator Geral, com base no Parecer Preliminar, menos recursos serão destinados para os setoriais.

O montante a ser distribuído a cada Área Temática é definido com base no valor médio do total de emendas coletivas. A tabela abaixo demonstra os recursos disponibilizados de 2008 a 2014 a esta Área:



## CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF

### Área Temática 8 – Poderes do Estado e Representação Recursos para Emendas Coletivas de Apropriação – 2008/2014

R\$ mil

PLOA	Emendas de Apropriação	Recursos Disponibilizados	Média por Emenda
2008	42	269.797,00	6.423,74
2009	43	260.031,61	6.047,25
2010	38	100.780,54	2.652,12
2011	33	103.468,80	3.135,42
2012	34	344.425,92	10.130,17
2013	43	454.907,08	10.579,23
2014	42	332.085,67	7.906,80

Fonte: Relatórios da Área 8 aos PLOAs 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

Quanto aos recursos para atender as emendas individuais, o montante destinado a cada setorial corresponde à soma dos valores previstos nesse tipo de emenda. Assim ocorre porque, na sistemática atual, os parlamentares contam com um limite garantido de recursos para apresentação de suas 25 emendas.

#### Assessoramento Especializado

As Relatorias contam, em todas as fases, com assessoramento especializado em orçamentos públicos e fiscalização financeira do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, cabendo a coordenação à assessoria da Casa à qual pertencer o Relator.

**José de Ribamar Pereira da Silva**  
Consultor de Orçamentos / SF

**Rudinei Baumbach**  
Consultor de Orçamentos / SF

**Sérgio Tadao Sambosuke**  
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira / CD

**Vinícius Leopoldino do Amaral**  
Consultor de Orçamentos / SF